
RELATÓRIO & CONTAS

2 0 1 9

01 Índice

02 Preâmbulo

05 Relatório de Gestão

14 Demonstrações Financeiras



FUNDAÇÃO
SALVADOR CAETANO

PREÂMBULO

I

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, em nome e representação das sociedades fundadoras:

- Salvador Caetano – I.M.V.T., SA (atualmente denominada de TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., conforme escritura de 28 de Dezembro de 2006)

e

- Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.

(empresas fusionadas e que deram origem à atual CAETANO AUTO, S.A.)

II

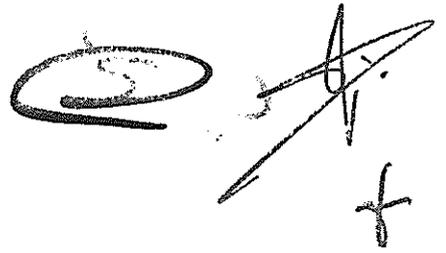
Possui, desde então, a Sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia e o fundo inicial de constituição foi de Esc. 25.000.000\$00 (124.699,47 €).

III

Foi registada com o nº 501 208 585 de identificação de pessoa coletiva e sob a atividade 939900. A publicação no Diário da República ocorreu na III Série, nº 179 do dia 6 de Agosto de 1981.

IV

A Fundação Salvador Caetano mantém-se uma instituição portuguesa, particular, de carácter perpétuo, sem finalidade lucrativa, que visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, sendo o novo código de atividade principal o 88990.



V

Desenvolve a sua ação em todo o território nacional e, em 31 de Dezembro de 2019, beneficiava aproximadamente 12.000 utentes.

VI

As atividades de carácter social mais relevantes são:

- Plano Complementar de Proteção Médica
- Atribuição de subsídios familiares
 - Nascimento
 - Casamento
 - Morte
- Atribuição de Prémios e Subsídios de Estudo
- Subsídio de Estudo para Filhos de Colaboradores Falecidos

VII

Realça-se ainda o facto de que todos os pressupostos e atividade desenvolvida pela Fundação Salvador Caetano então existentes e que originaram a declaração de utilidade pública por despacho de Sua Excelência o Primeiro-Ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva de 13-02-1995, com publicação no Diário da República – II Série, de 3 de março de 1995, se mantêm integralmente.

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

A aplicação interna que permite que os pedidos de atribuição dos benefícios sejam feitos pelos próprios interessados, inserindo a documentação necessária em formato digital, consolidou-se durante o ano de 2019, como uma ferramenta de grande utilidade em todas as empresas. Com esta nova aplicação otimizam-se recursos, a fluidez processual é muito mais célere e liberta-se espaço físico antes reservado ao arquivo de milhares de processos.

Por imposição legal, em 2018 a Fundação Salvador Caetano implementou a “Política de Privacidade e Proteção de Dados”. A ferramenta descrita no parágrafo anterior foi de importância vital para o êxito desta tarefa.

Ações desenvolvidas pela Fundação Salvador Caetano no quadriénio 2016-2019

RUBRICA	2016	2017	2018	2019	VARIAÇÃO 2016- 2019	VARIAÇÃO % 2016 - 2019
Plano Complementar Proteção Médica	632 335	595 252	638 370	675 628	43 293	6,8%
Subsídios Familiares	21 261	20 902	19 598	20 427	-834	-3,9%
Subs. Estudo Filhos de Colaboradores Falecidos	2 600	2 100	2 650	2 300	-300	-11,5%
Prémios Escolares	5 500	10 125	6 125	10 425	4 925	89,5%
Subsídio de Estudo	10 098	4 858	14 760	32 247	22 150	219,4%
Inatel	2 820	3 960	3 840	3 539	719	25,5%
TOTAL	674 614	637 197	685 342	744 566	69 952	10,4%

Quadro 1: Ações desenvolvidas pela F.S.C.

(euros)

Na análise deste quadro será importante relevar que entre 2016 e 2019 as despesas com as ações de carácter social e cultural tiveram um decréscimo de 69.472 €, a que corresponde uma variação percentual de 10,3 %.

Comparativamente com 2016, o ano de 2019 revela que houve um acréscimo de valores atribuídos em todas as rubricas existentes, exceto “Subsídios Familiares” (diminuição de 834 €) e “Subsídio de Estudo para filhos de colaboradores Falecidos” (diminuição de 300 €).



PLANO COMPLEMENTAR DE PROTEÇÃO MÉDICA

No âmbito do Plano Complementar de Proteção Médica, sem dúvida o benefício de maior impacto social, quer pelo número de processos, quer pelo número de pessoas beneficiadas, ou pelo valor envolvido, foi esta a variação ao longo dos anos 2016-2019:

RUBRICA	2016	2017	2018	2019	VARIAÇÃO 2016- 2019	VARIAÇÃO % 2016 - 2019
Assistência Ambulatória	347 936	331 246	337 306	351 295	3 359	1,0%
Assistência Hospitalar	100 926	91 584	122 063	138 226	37 300	37,0%
Próteses e Ortóteses	3 196	3 418	3 596	4 235	1 039	32,5%
Estomatologia	180 277	169 004	175 405	181 392	1 115	0,6%
TOTAL	632 335	595 252	638 370	675 148	42 813	6,8%

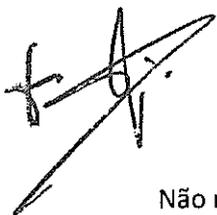
Quadro 2: Plano Complementar de Proteção Médica (euros)

Através deste quadro constata-se que a despesa com a proteção médica dos colaboradores e respetivos agregados familiares aumentou no quadriénio 42.813 €, com uma variação percentual de 6,8%.

Ainda relativamente ao Plano Complementar de Proteção Médica é de realçar que, com este benefício, a Fundação Salvador Caetano, embora humildemente, está a contribuir para um melhor desempenho da economia portuguesa. De facto, sem este Plano, muitos destes atos médicos passariam para a alçada do Serviço Nacional de Saúde, ou outros sistemas e subsistemas similares, cujos custos seriam diretamente suportados pelo Estado.

Queremos ainda salientar que, pelo facto de participarmos os atos médicos, 70% dessas despesas deixam de ser dedutíveis em sede de IRS. Paralelamente, obrigam-se todos os beneficiários a exigir recibo dos atos médicos praticados. Estas duas situações concretas contribuem, inequivocamente, para um melhor desempenho das contas públicas portuguesas.

Também poderemos afirmar que o Plano Complementar de Proteção Médica contribui, de forma direta, para um melhor funcionamento da saúde em Portugal. Mesmo as listas de espera para cirurgia diminuem ao abrigo deste benefício. De facto, tanto Hospitais Públicos como Unidades de Saúde libertam-se de milhares de atos médicos suportados pela Fundação Salvador Caetano, em cada ano.



Não menos importante é o facto de que este Plano Complementar de Proteção Médica também contribuí para a diminuição do absentismo e conseqüente aumento de produtividade nacional. É que, enquanto o recurso às consultas e outros atos médicos e paramédicos através do SNS é feito durante as horas de expediente, através do sistema privado esses mesmos atos poderão efetuar-se fora das horas normais de trabalho.

SUBSÍDIOS FAMILIARES

No período em análise, os Subsídios Familiares tiveram a seguinte “evolução”:

SUBSÍDIO	2016	2017	2018	2019	VARIAÇÃO 2016 – 2019	VARIAÇÃO % 2016 – 2019
Nascimento	11 781	10 948	11 066	10 710	-1 071	-9,1%
Casamento	9 480	9 717	8 532	9 480	0	-
Morte	0	237	0	237	237	-
TOTAL	21 261	20 902	19 598	20 427	-834	-3,9%

Quadro 5: Subsídios Familiares

(euros)

Neste benefício será de destacar o esforço que a Fundação vem mantendo com a continuidade de programas que o Estado também já teve mas que, contudo, deixaram de existir. Referimo-nos aos Subsídios de Nascimento e Casamento que a Segurança Social aboliu há anos atrás e que esta instituição decidiu manter em prol dos seus beneficiários.

Relevamos ainda o facto de, com a manutenção do Subsídio de Nascimento, a Fundação Salvador Caetano incentivar a natalidade há mais de três décadas, colaborando com o esforço feito pelo Estado português visando o rejuvenescimento da sua população.



PRÉMIOS ESCOLARES

Com o objetivo de premiar o esforço dos que se preocupam com a sua formação individual, contribuindo assim numa forma efetiva para o desenvolvimento da comunidade e do país, a Fundação Salvador Caetano instituiu para os seus beneficiários prémios escolares que tiveram a seguinte evolução durante o período 2016-2019:

SUBSÍDIO	2016	2017	2018	2019	VAR. 2016 – 2019	VAR. % 2016 – 2019
Prémios Escolares	5 500	10 125	6 125	10 425	4 925	89,5%

Quadro 6: Prémios Escolares (euros)

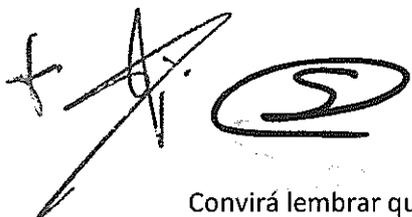
Ao longo da existência deste programa, muitos foram aqueles que acorreram aos bancos da escola concluindo com êxito os níveis académicos aos quais submeteram os seus conhecimentos e competências adquiridos ao longo da sua carreira profissional.

Relativamente ao mérito deste benefício, aprez-nos ainda registar o número de licenciaturas, pós-graduações, mestrados e mesmo doutoramentos, obtidos desde 1984, data da sua implementação.

Será ainda justo relevar e divulgar o facto de alguns beneficiários que apresentavam como Habilitação o 1º Ciclo do Ensino Básico (4ª Classe) e que, motivados e incentivados financeiramente por este programa, registaram uma evolução académica que só terminou com a licenciatura e o mestrado.

Estamos convictos de que ao premiar os beneficiários que pretendem evoluir em termos académicos, a Fundação Salvador Caetano está a dar um grande contributo para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Também é de realçar que esses colaboradores premiados, sempre que pretendem abandonar as empresas do Grupo Salvador Caetano o podem fazer sem qualquer tipo de obrigação ou inibição, levando consigo os conhecimentos e o saber adquiridos. Desta forma, quem beneficia desta mais-valia serão as empresas ou instituições recetoras numa mão-de-obra que se qualificou ao abrigo deste programa.



Convirá lembrar que em 2007 foi criado o Programa “Subsídio de Estudo” que abarca os Cursos de Ensino Superior, as Pós-Graduações, os Mestrados e os Doutoramentos. Por este facto, muita da formação superior que apoiamos não está refletida neste quadro.

SUBSÍDIO DE ESTUDO

SUBSÍDIO	2016	2017	2018	2019	VAR. 2016 – 2019	VAR. % 2016 – 2019
Subsídio de Estudo	10 098	4 858	14 760	32 247	22 150	219,4%

Quadro 7: Subsídio de Estudo

(euros)

Num mundo cada vez mais competitivo, as Empresas só terão viabilidade se o seu ativo humano (os colaboradores) estiver sujeito a constante formação. Só é possível acompanhar o ritmo dos novos conhecimentos, das novas tecnologias e das novas ferramentas com a atualização sistemática de todos os colaboradores. Por isso, a formação é, cada vez mais, um fator de sucesso das pessoas e das empresas.

SUBSÍDIO DE ESTUDO PARA FILHOS DE COLABORADORES FALECIDOS

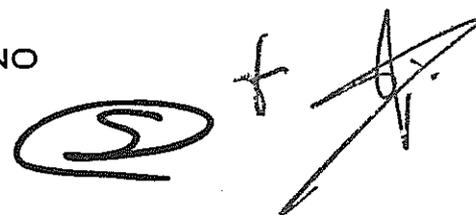
Através da atribuição deste subsídio a Fundação tem por objetivo apoiar os jovens estudantes (e respetiva família) que, privados de pai ou mãe, queiram continuar a sua carreira académica.

Este benefício tem um duplo efeito: serve de estímulo para os jovens continuarem com a sua vida académica e, paralelamente, funciona como uma ferramenta de apoio financeiro às famílias que se veem privadas dum salário no seu orçamento familiar.

SUBSÍDIO	2016	2017	2018	2019	VAR. 2016 – 2019	VAR. % 2016 – 2019
Subsídio de Estudo Filhos Colaboradores Falecidos	2 600	2 100	2 650	2 300	-300	-11,54%

Quadro 8: Subsídio de Estudo p/ Filhos Colaboradores Falecidos

(euros)



INATEL

Como forma de apoiar e estimular a prática do desporto e do lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento do bem-estar social, a Fundação Salvador Caetano paga a inscrição dos seus beneficiários no INATEL, bem como as respetivas quotas anuais.

SUBSÍDIO	2016	2017	2018	2019	VAR. 2016 – 2019	VAR. % 2016 – 2019
Inatel	2 820	3 960	3 840	3 539	719	25,50%

Quadro 9: INATEL

(euros)

RELAÇÃO RECEITAS / DESPESAS COM AÇÃO SOCIAL E CULTURAL

O quadro seguinte apresentado reflete a relação existente entre Receitas Ordinárias (leia-se Participação Mensal das empresas aderentes à Fundação Salvador Caetano) e Despesas com a Ação Social e Cultural.

ANO	RECEITAS ORDINÁRIAS	DESPESAS C/ AÇÃO SOCIAL E CULTURAL	DIFERENÇA	RELAÇÃO DESPESAS / RECEITAS %
2016	1 390 279	674 614	715 665	48,5%
2017	1 446 132	637 197	808 935	44,1%
2018	1 578 028	685 342	892 686	43,4%
2019	2 059 257	744 566	1 314 691	36,2%
TOTAL	6 473 696	2 741 719	3 731 977	42,4%

Quadro 10: Relação Despesas com Ação Social e Cultural / Receitas Ordinárias (euros)

É de salientar que a relação entre as Despesas com a Ação Social e Cultural e as Receitas Ordinárias teve, um saldo positivo bastante significativo, fruto do aumento das participações mensais das empresas.



APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Digníssima Administração da Fundação Salvador Caetano propõe por unanimidade que o resultado positivo do exercício, no valor de 198.047,95 € transite para a Conta de Resultados Transitados juntando-se assim aos restantes Capitais Próprios da Instituição.

Vila Nova de Gaia, 29 de junho de 2020

O Contabilista Certificado

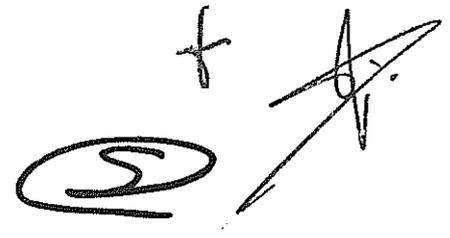
José Flávio Águeda de Figueiredo

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019



BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	-	-
Ativos intangíveis	6	-	-
Outros ativos financeiros	7	29 996 517	30 996 517
Total do ativo não corrente		<u>29 996 517</u>	<u>30 996 517</u>
ATIVO CORRENTE:			
Outras contas a receber	18	884 131	1 633 714
Ativos financeiros detidos para negociação	7	446 688	395 311
Diferimentos	8	328	328
Meios financeiros líquidos	4	741 541	1 984 057
Total do ativo corrente		<u>2 072 689</u>	<u>4 013 410</u>
Total do ativo		<u><u>32 069 206</u></u>	<u><u>35 009 928</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundo social	9	124 699	124 699
Resultados transitados		25 446 625	24 921 768
		<u>25 571 325</u>	<u>25 046 467</u>
Resultado líquido do exercício		198 048	524 858
Total do capital próprio		<u>25 769 373</u>	<u>25 571 325</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11 e 18	4 606 557	7 108 871
Total do passivo não corrente		<u>4 606 557</u>	<u>7 108 871</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	9 002	10 908
Estado e outros entes públicos		31	31
Financiamentos obtidos	11 e 18	1 620 000	2 237 686
Outras contas a pagar	10 e 18	64 242	81 106
Total do passivo corrente		<u>1 693 276</u>	<u>2 329 732</u>
Total do passivo		<u>6 299 833</u>	<u>9 438 603</u>
Total dos fundos patrimoniais e passivo		<u><u>32 069 206</u></u>	<u><u>35 009 928</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda Figueiredo

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

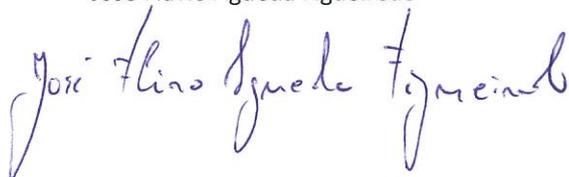
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Contribuições Comuns	12 e 18	2 059 257	3 304 083
Benefícios Processados e Outros	14	(744 566)	(685 342)
Fornecimentos e serviços externos	13	(14 604)	(12 797)
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	7	(1 000 000)	(2 000 000)
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	51 377	(63 649)
Outros rendimentos e ganhos	15	-	168 078
Outros gastos e perdas	16	(35 904)	(10 102)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>315 561</u>	<u>700 272</u>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>315 561</u>	<u>700 272</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	17	33 333	32 919
Juros e gastos similares suportados	17	(150 846)	(208 333)
Resultado antes de impostos		<u>198 048</u>	<u>524 858</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	3.5	-	-
Resultado líquido do exercício		<u><u>198 048</u></u>	<u><u>524 858</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Montantes expressos em Euros)

FUNDOS PATRIMONIAIS					
Notas	Fundo social	Resultados transitados	Res. líquido do exercício	Total	
Posição em 1 de janeiro de 2018					
9	124 699	21 728 123	3 193 645	25 046 467	
			524 858	524 858	
9		3 193 645	(3 193 645)	-	
	-	3 193 645	(2 668 787)	524 858	
Posição em 31 de dezembro de 2018					
	124 699	24 921 768	524 858	25 571 325	
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Notas	Fundo social	Resultados transitados	Res. líquido do exercício	Total	
Posição em 1 de janeiro de 2019					
9	124 699	24 921 768	524 858	25 571 325	
			198 048	198 048	
9		524 858	(524 858)	-	
	-	524 858	(326 810)	198 048	
Posição em 31 de dezembro de 2019					
	124 699	25 446 625	198 048	25 769 373	

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração


 José Reis da Silva Ramos
 Salvador Acácio Martins Caetano
 Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(montantes expressos em Euros)

	Notas	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de contribuições		2 808 840	2 540 561
Pagamentos a fornecedores		(761 076)	(905 085)
Caixa gerada pelas operações		2 047 764	1 635 476
Pagamento de retenções de imposto			
Outros recebimentos / (pagamentos)		(52 767)	(26 251)
Fluxos das atividades operacionais [1]		1 994 997	1 609 225
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	4	-	512 845
Dividendos		-	32 919
Fluxos das atividades de investimento [2]		-	545 764
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3 120 000)	(1 620 000)
Juros e gastos similares		(117 513)	(216 666)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(3 237 513)	(1 836 666)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(1 242 516)	318 323
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 984 057	1 665 734
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	741 541	1 984 057

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes





Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2019

(Montantes expressos em Euros)

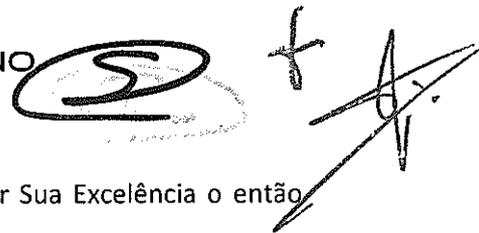
1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Salvador Caetano (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável. A Fundação tem sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia.

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, e visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, beneficiando atualmente cerca de 10.000 utentes, estando uma parte significativa destes utentes ligados direta e indiretamente ao Grupo Salvador Caetano. As sociedades fundadoras da Fundação Salvador Caetano foram as seguintes:

- Salvador Caetano – IMVT, S.A. (atualmente denominada Toyota Caetano Portugal, S.A.);
- Transmotor – SCIVTM, S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.

(estas quatro últimas sociedades foram posteriormente objeto de fusão tendo dado origem à atual Caetano Auto, S.A.)



De acordo com despacho de 13 de Fevereiro de 1995 proferido por Sua Excelência o então Primeiro-ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, a Fundação foi declarada instituição de utilidade pública.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei (DL) nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo DL nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O DL nº 98/2015 de 2 de Junho alterou o DL nº 158/2009 de 13 de julho.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira,



comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	4 a 8
Espólio Museológico	5

O Espólio Museológico acima referido contempla essencialmente viaturas e autocarros que serão utilizados no projeto do "Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres".

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

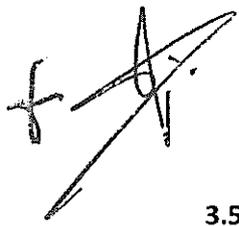
3.3- Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Em 31 de dezembro de 2019 os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

3.4- Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.



3.5- Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto do Ministro das Finanças, António Luciano Pacheco de Sousa Franco e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues datado de 25 de Fevereiro de 1999, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G. Consequentemente, a Fundação encontra-se isenta de qualquer Imposto sobre o Rendimento.

3.6- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

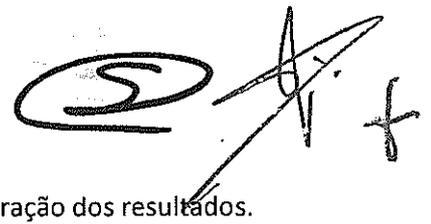
Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7- Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado, e



(ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

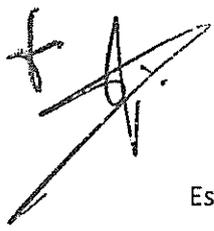
Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.



Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem uma participação na sociedade Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., são registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

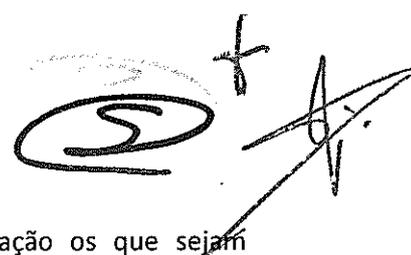
Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os ativos financeiros classificados como “ativos financeiros detidos para negociação”, nomeadamente os investimentos financeiros em entidades cotadas em mercados regulamentados. Nas situações em que o justo valor dos investimentos em entidades não cotadas não é possível de determinar, os mesmos são registados pelo respetivo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.



São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros



A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controle desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8- Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada data de relato, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo ou negativo é reconhecido como um ativo ou passivo financeiro, respetivamente, na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Fundação não tinha contratado quaisquer instrumentos financeiros derivados.

3.9- Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, participações de aderentes à Fundação, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por participação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as



condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos, sendo reconhecidos na rubrica da Demonstração dos resultados “Contribuições comuns”.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

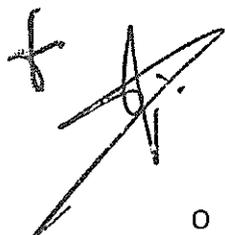
Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10- Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como custo na demonstração dos resultados, na rubrica de “Benefícios processados e outros” no exercício em que os mesmos são aprovados pelo Conselho de Administração, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efetuado e mantidos no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar”, enquanto não forem pagos.

3.11- Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



O rédito proveniente de dividendos é reconhecido na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 - Especialização de exercícios

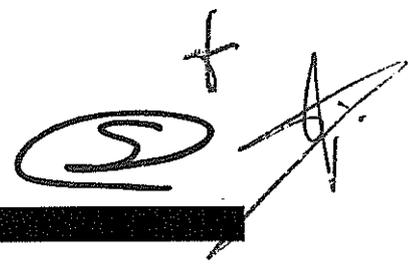
A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	741 541	1 984 057
Depósitos a Prazo	-	-
	741 541	1 984 057

Relativamente a 2018, os fluxos de caixa dos investimentos financeiros ocorridos, detalha-se conforme se segue:

2018	Títulos	Valor Unit.	Total
Alienação de investimentos			
TOYOTA CAETANO PORTUGAL	138 832	3,69	512 845
			512 845

Relativamente ao exercício de 2019, não ocorreram fluxos de caixa de investimentos financeiros.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2019	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
Ativos			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Depreciações acum. e perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Ativos líquidos	-	-	-



31.12.2018	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
Ativos			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Depreciações acum. e perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Ativos líquidos	-	-	-

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes. A rubrica "Espólio Museológico" compreende essencialmente viaturas e autocarros que farão parte do "Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres", projeto a desenvolver no futuro.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31.12.2019	Programas de Computador	Total
Ativos		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Amortizações acum. e perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Ativos líquidos	-	-



31.12.2018	Programas de Computador	Total
Ativos		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Amortizações acum. e perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Ativos líquidos	-	-

7 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os Ativos Financeiros Detidos para Negociação e os Outros Ativos Financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

Títulos	Valor Carteira 2019	Valor Carteira 2018
Ações de entidades não cotadas	29 996 517	30 996 517
Ações de entidades cotadas	106 698	97 727
Carteiras Discricionárias	339 991	297 584
Total	30 443 205	31 391 828

As ações de entidades cotadas encontram-se registadas ao Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados nas rubricas da Demonstração dos resultados "Aumentos / (reduções) de Justo valor". Relativamente aos investimentos financeiros correspondentes a ações de entidades não cotadas (integralmente referente à participação de capital na Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019), uma vez que não foi possível determinar o respetivo justo valor à data de balanço e esta encontra-se valorizada ao custo de aquisição, foi registada neste exercício uma perda por imparidade no montante de 1.000.000 Euros, reforçando desta forma a imparidade constituída para esta participação

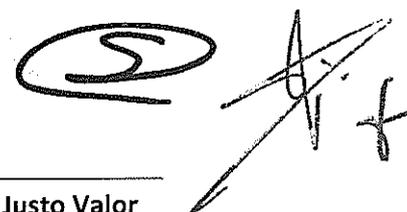


financeira para 3.000.000 Euros. Por prudência a curto prazo, este ajustamento melhor reflete a valorização daquela participação. As carteiras discricionárias, que se referem a um conjunto diverso de títulos gerido por uma entidade financeira externa, estão enquadradas num perfil de risco “moderado” e encontram-se registados ao Justo valor através de resultados, sendo o impacto da sua atualização registado nas rubricas da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”.

Em 31 de dezembro de 2019 o detalhe dos Investimentos Financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:

Títulos	Quant.	% Detida	V. Unit. (*)	Custo de Aquisição	Imparidade Acumulada	Valor Líquido Contabilístico
Ações não Cotadas						
Grupo SC, SGPS, S.A.	24 413 756	14,5%	1,35	32 996 517	(3 000 000)	29 996 517
TOTAL				32 996 517	(3 000 000)	29 996 517

A Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um capital próprio consolidado (incluindo “Interesses não controlados” de 189.407.678 Euros) de 313.921.801 Euros, bem como um resultado consolidado líquido do exercício positivo de 7.953.469 Euros. O total de ativo consolidado daquela participada a essa data é de 1.415.169.059 Euros.



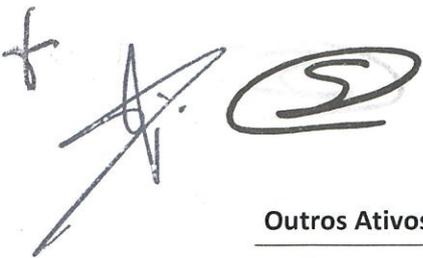
Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	Justo Valor
Ações Cotadas			
Sonae, SGPS, S.A.	96 979	0,91	88 251
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	26	0,87	23
Norvalor, S.A.	10	1,89	19
PHAROL	804	0,10	80
EDP, S.A.	1 250	3,86	4 830
Futebol Clube do Porto, SAD	500	0,63	315
Banco Millenium BCP, S.A.	10 944	0,20	2 219
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12 121	0,75	9 127
NOS SGPS	382	4,80	1 834
Outros Títulos			
Carteira Discricionária Millennium			339 991
TOTAL			446 688

(*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2019)

Em 31 de dezembro de 2018 o detalhe dos Investimentos Financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:

Títulos	Quant.	% Detida	V. Unit. (*)	Custo de Aquisição	Imparidade Acumulada	Valor Líquido Contabilístico
Ações não Cotadas						
Grupo SC, SGPS, S.A.	24 413 756	14,5%	1,35	32 996 517	(2 000 000)	30 996 517
TOTAL				32 996 517	(2 000 000)	30 996 517

A Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, um capital próprio consolidado (incluindo “Interesses não controlados” de 176.309.492 Euros) de 293.696.519 Euros, bem como um resultado consolidado líquido do exercício positivo de 19.410.947 Euros. O total de ativo consolidado daquela participada a essa data é de 1.379.811.900 Euros.



Outros Ativos Financeiros Correntes

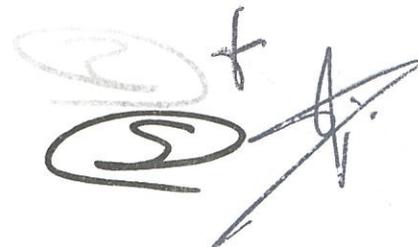
Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	Justo Valor
Ações Cotadas			
Sonae, SGPS, S.A.	96 979	0,81	78 553
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	26	1,46	38
Norvalor, S.A.	10	1,90	19
PHAROL	804	0,16	131
EDP, S.A.	1 250	3,05	3 811
Futebol Clube do Porto, SAD	500	0,70	350
Banco Millenium BCP, S.A.	10 944	0,23	2 512
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12 121	0,85	10 291
NOS SGPS	382	5,30	2 023
Outros Títulos			
Carteira Discricionária Millenium			297 584
TOTAL			395 311

(*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2018)

Os quadros seguintes evidenciam os movimentos na carteira de títulos ocorridos no exercício de 2019:

Títulos	Saldo Final 31.12.2019	Imparidade/ Justo Valor	Saldo Final 31.12.2018
Outros Ativos Financ. Não Correntes	29 996 517	(1 000 000)	30 996 517
Ações não Cotadas	29 996 517	(1 000 000)	30 996 517
Grupo SC, SGPS	29 996 517	(1 000 000)	30 996 517

Títulos	Saldo Final 31.12.2019	Imparidade/ Justo Valor	Saldo Final 31.12.2018
Outros Ativos Financeiros Correntes	446 688	51 377	395 311
Ações Cotadas	106 698	8 970	97 727
Sonae SGPS	88 251	9 698	78 553
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	23	(15)	38
Norvalor, S.A.	19	(0)	19
PHAROL	80	(51)	131
EDP, S.A.	4 830	1 019	3 811
Futebol Clube do Porto, SAD	315	(35)	350
BCP	2 219	(292)	2 512
Sonae Capital, SGPS, S.A.	9 127	(1 164)	10 291
NOS S.G.P.S.	1 834	(189)	2 023
Outros Títulos	339 991	42 407	297 584
Carteira Discricionária Millennium	339 991	42 407	297 584
TOTAL	30 443 205	(948 623)	31 391 828



Os quadros seguintes evidenciam os movimentos na carteira de títulos ocorridos no exercício de 2018:

Títulos	Saldo Final 31.12.2018	Imparidade/ Justo Valor	Saldo Final 31.12.2017
Outros Ativos Financ. Não Correntes	30 996 517	(2 000 000)	32 996 517
Ações não Cotadas	30 996 517	(2 000 000)	32 996 517
Grupo SC, SGPS	30 996 517	(2 000 000)	32 996 517

No exercício de 2018, ocorreu a alienação das ações da Toyota Caetano Portugal, com a geração de uma mais-valia no montante 144.941 €.

Títulos	Saldo Final 31.12.2018	Imparidade/ Justo Valor	Alienações	Saldo Final 31.12.2017
Outros Ativos Financeiros Correntes	395 311	(63 649)	367 905	826 865
Ações Cotadas	97 727	(31 540)	367 905	497 172
Sonae SGPS	78 553	(30 645)		109 198
Toyota Caetano Portugal, S.A.	0		367 905	367 905
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	38	(53)		91
Norvalor, S.A.	19	0		19
PHAROL	131	(70)		201
EDP, S.A.	3 811	205		3 607
Futebol Clube do Porto, SAD	350	20		330
BCP	2 512	(466)		2 977
Sonae Capital, SGPS, S.A.	10 291	(461)		10 752
NOS S.G.P.S.	2 023	(71)		2 094
Outros Títulos	297 584	(32 109)		329 693
Carteira Discricionária Millennium	297 584	(32 109)		329 693
TOTAL	31 391 828	(2 063 649)	367 905	33 823 382

As participações financeiras em Ações geraram proveitos relacionados com Dividendos recebidos (Nota 17) no montante de 33.333 Euros (32.919 Euros em 31 de dezembro de 2018).

**8 DIFERIMENTOS ATIVOS**

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica do ativo corrente "Diferimentos" é composto pelo seguro do ramo multirisco do "espólio museológico" no montante de 328 Euros, para ambos os exercícios.

9 FUNDO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019 o capital Fundacional ascende a 124.699 Euros.

Composição do Fundo Social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

Salvador Caetano – I.M.V.T., S.A. (atualmente denominada TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, conforme escritura de 28 de dezembro de 2006)	74.820 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.	7.507 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.	4.639 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.	5.587 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.	4.414 Euros
Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.	27.733 Euros

(empresas fusionadas e que deram origem à atual CAETANO AUTO, SA)

10 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2019 a rubrica de "Outras Contas a Pagar", diz respeito ao encargo contratualizado de auditoria às contas da Fundação no montante de 7.186 Euros e a participações a pagar a beneficiários no montante de 57.057 Euros, conforme detalhe incluso na Nota 17. A mesma situação qualifica o saldo a 31 de dezembro de 2018 da rubrica de "Outras Contas a Pagar" e diz respeito ao encargo contratualizado de auditoria às contas da



Fundação no montante de 7.186 Euros e a participações a pagar a beneficiários no montante de 73.920 Euros, conforme detalhe incluso na Nota 17.

11 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O saldo e as condições dos financiamentos obtidos à data de 31 de dezembro de 2019 são como se segue:

	2019
Financiamento Não Corrente	
Contrato de Empréstimo - Mútuo	1 620 000
Empréstimos de Instituintes	2 368 871
Sub-Total	3 988 871
Financiamento Corrente	
Contrato de Empréstimo - Mútuo	1 620 000
Empréstimos de Instituintes	617 686
Sub-Total	2 237 686
Total	6 226 557

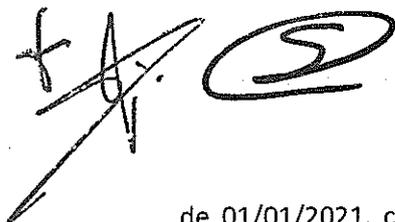
O contrato de empréstimo – mútuo, vigorará pelo prazo de 20 trimestres a partir de 28 de dezembro de 2016, sendo o período dos primeiros 4 trimestres de carência de capital. O capital em dívida vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 3 meses acrescida de spread. A Fundação Salvador Caetano concedeu à respetiva instituição financeira o penhor de valores mobiliários correspondentes a ações da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., nomeadamente a 12.140.000 ações com valor nominal de 1,00 (um euro) cada ação.

Os empréstimos de Instituintes detalham-se da seguinte forma:

- não corrente, à GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., no valor de 2.368.871 Euros,

- corrente, à CAETANO AUTO, S.A., no valor de 617.686 Euros,

Relativamente a estes empréstimos não correntes, não se encontra definido um plano de reembolso nem fórmula de taxa de juro a aplicar, sendo que os mesmos não são exigíveis antes



de 01/01/2021, conforme acordado entre as entidades, pelo que foram classificados como passivos não correntes.

12 CONTRIBUIÇÕES COMUNS

As contribuições comuns auferidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são detalhadas da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
Subvenção Anual	0	1 726 055
Contribuição Mensal	2 059 257	1 578 028
	2 059 257	3 304 083

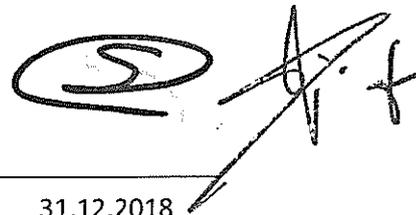
13 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhos Especializados	7 296	7 279
Rendas e Alugueres	2 336	2 928
Comunicação	6	4
Seguros	413	413
Contencioso e Notariado	0	70
Outros Serviços e Fornecimentos	4 553	2 103
	14 604	12 797

14 BENEFÍCIOS PROCESSADOS E OUTROS

A rubrica, "Benefícios processados e outros" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:



	31.12.2019	31.12.2018
Plano Complementar Proteção Médica	675 148	638 370
Subsídios Familiares	20 427	19 598
Subs. Estudo Filhos de Colaboradores Falecidos	2 300	2 650
Prémios Escolares	10 425	0
Subsídio de Estudo	32 247	20 885
Inatel	3 539	3 840
Outros Benefícios Concedidos	480	0
TOTAL	744 566	685 342

15 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Ganhos provenientes da alienação de inst. financeiros		
Ações	-	144 941
Outros Rendimentos e Ganhos	-	23 137
	0	168 078

Em 2018, a alienação das ações da Toyota Caetano Portugal justifica o valor registado nesta rubrica.

16 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme se segue:



	31.12.2019	31.12.2018
Impostos	6 412	8 738
Quotizações	500	500
Outros Gastos e Perdas	28 992	864
	35 904	10 102

Em 2019, relativamente a “Outros Gastos e Perdas”, refere-se a perdão de créditos no montante de 28.842 € resultante do PER - Processo de Revitalização da Cociga, Construções Civis de Gaia, S.A.- Proc 1455/15.4T8VNG - Comarca do Porto - VN Gaia - 2ª Sec Comércio - j1 - anúncio: 03/03/2015. Este crédito decorre de um contrato de concessão de créditos com o Banco Santander.

17 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Dividendos (Nota 7)	33 333	32 919
Encargos Bancários	(150 846)	(208 333)
	(117 513)	(175 414)

18 PARTES RELACIONADAS

O detalhe dos saldos e transações entre a Fundação Salvador Caetano e as entidades relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é resumido como se segue:

2019	Balança				Transações			
	Contas a Receber	Financ.tos	Fornec.	Contas a Pagar	Contrib. Comuns	Contrib. Adesão	Subvenção Anual	Forn. Serv. Externos
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	129			0	626			
AUTO PARTNER-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	0			0	0			
CAETANO ACTIVE SUL, LDA	693			130	5 414			
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	4 618			1 537	59 751			
CAETANO AUTO, S.A.	30 362	617 686	0	14 726	420 532			
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	25 442			7 704	334 336			
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - CITROEN	499			65	7 000			
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - SEAT	0			0	0			
CAETANO COLISÃO NORTE, S.A.	0			0	0			
CAETANO COMPONENTS, S.A.	0			0	0			
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	5 031			1 659	70 500			
CAETANO ENERGY, SA	1 877			229	24 046			
SOZO PORTUGAL S.A.	454			305	5 693			
CAETANO FÓRMULA, S.A.	4 862			2 293	70 561			
CAETANO MOTORS, S.A.	4 263			1 928	66 477			
CAETANO PARTS, LDA	1 967			456	28 086			
CAETANO POWER, S.A.	3 602			881	55 795			
CAETANO RENTING, S.A.	710			137	9 344			
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	2 343			3 377	32 192			
CAETANO STAR SUL, S.A.	1 697			2 921	20 238			
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, S.A.	1 767			936	28 687			
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	21 823			7 492	287 511			
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	0			531	39 485			
CARPLUS, S.A.	1 623			530	23 972			
COGIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	103 327			91	4 343			
ENP - ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	0			0	0			
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS	0	2 368 871		0	0			
LUSILECTRA-VEICULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	34 404			546	33 963			
MDS AUTO, S.A.				0	0			
MOVICARGO SERVIÇOS ADUANEIROS, LDA.	264			220	3 458			
HYUNDAI PORTUGAL, SA.	2 234			273	28 943			
PORTIANGA, S.A.	2 699			761	35 199			
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO S.A.	8 644		306	3 427	113 491			306
SIMOGA-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	37			0	0			0
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	618 760		10	8 424	249 615			10
VAS ÁFRICA, S.A.	0			0	0			
TOTAL	884 131	2 986 557	316	61 580	2 059 257	0	0	316

2018	Balança				Transações			
	Contas a Receber	Financ.tos	Fornec.	Contas a Pagar	Contrib. Comuns	Contrib. Adesão	Subvenção Anual	Forn. Serv. Externos
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	345			0	511			
CAETANO ACTIVE SUL, LDA	319			223	4 596			
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	3 236			630	37 429			
CAETANO AUTO, S.A.	24 864	617 686	0	15 579	334 173		300 000	
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	19 873			7 324	276 296		300 000	
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - CITROEN	351			209	5 345			
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	4 130			2 671	63 240			
CAETANO ENERGY, SA	1 299			705	14 782			
SOZO PORTUGAL S.A.	645			135	4 435			
CAETANO FÓRMULA, S.A.	3 833			4 327	55 905			
CAETANO MOTORS, S.A.	4 096			976	52 448			
CAETANO PARTS, LDA	1 637			413	21 321			
CAETANO POWER, S.A.	3 546			1 546	51 314			
CAETANO RENTING, S.A.	117			30	1 614			
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	1 895			1 573	24 750			
CAETANO STAR SUL, S.A.	3 174			3 184	16 709			
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, S.A.	1 724			943	28 670			
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	15 983			9 298	183 722		90 500	
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	8 907			934	31 068		150 000	
CARPLUS, S.A.	1 617			305	22 481			
COGIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	10 934			225	3 193			
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS	0	3 868 871		0	0			
LUSILECTRA-VEICULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	26 397			705	26 397			
MOVICARGO SERVIÇOS ADUANEIROS, LDA.	176			323	1 940			
HYUNDAI PORTUGAL, SA.	1 507			1 023	20 645			
PORTIANGA, S.A.	1 876			1 082	22 185			529
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO S.A.	291 633		192	5 626	80 140		285 555	2 795
SIMOGA-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	37			0	0			
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	1 199 565		13	12 343	192 720		600 000	2
TOTAL	1 633 714	4 486 557	205	72 332	1 578 028	0	1 726 055	3 326

19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data do presente relatório, a Fundação Salvador Caetano não sentiu efeitos significativos derivados do surto do Covid19- Coronavírus:

- As transações entre as entidades relacionadas decorrem dentro da normal regularidade,
- Apesar da exposição ao mercado da carteira de títulos cotados, entendemos que dado o seu valor e a sua diversidade de negócio, não acarreta uma adicional preocupação que coloque em causa a continuidade da sua atividade,
- Dentro das medidas possíveis e enquadráveis à atividade da Fundação Salvador Caetano, foi acionado em março de 2020 a moratória do pagamento do financiamento à Caixa Geral de Depósitos por um período de 6 meses,
- A Administração da Fundação Salvador Caetano não antecipa qualquer constrangimento que coloque em causa a continuidade das operações.

Não existem outros assuntos e/ou acontecimentos relevantes, de qualquer natureza, posteriores a 31 de dezembro de 2019, não incluídos ou divulgados nas demonstrações financeiras anexas.

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda Figueiredo

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Salvador Caetano (a Fundação, pessoa coletiva de direito privado sem finalidade lucrativa e com fins de utilidade pública, Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 32.069.206 euros e um total de capital próprio de 25.769.373 euros, incluindo um resultado líquido de 198.048 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Salvador Caetano em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Conforme descrito na nota 7 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, a Fundação regista o seu investimento financeiro na participada Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. pelo respetivo custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Em 31 de dezembro de 2019 as demonstrações financeiras consolidadas daquela participada evidenciam um capital próprio, antes de interesses não controlados, inferior ao valor implícito do interesse naquele investimento financeiro detido pela Fundação, o qual ascendia naquela data a 29.996.517 euros, representativo de 14,5% do respetivo capital social, não nos tendo sido disponibilizado um teste de imparidade relativamente a esta participação de forma a podermos concluir sobre se o valor contabilístico excede o seu valor de realização, nem quanto à suficiência da imparidade registada no ano e em anos anteriores. Adicionalmente, a Certificação Legal das Contas Consolidadas daquela participada relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, datada de 12 de junho de 2020, inclui uma reserva por limitação de âmbito, a qual poderá produzir eventuais impactos na respetiva situação patrimonial daquela empresa participada e eventualmente no seu valor de realização.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Fundação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na nota 19 do anexo às demonstrações financeiras, no que diz respeito aos impactos decorrentes dos acontecimentos recentes associados à Pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionada com a propagação em todo o mundo do novo coronavírus (Covid-19), e na evolução futura sobre a atividade da Fundação, e à incerteza sobre os efeitos temporais sobre a rentabilidade das suas operações, a sua situação financeira e o valor de recuperação dos seus ativos. Os impactos acima referidos não são passíveis de uma quantificação adequada, não obstante seja divulgado que os mesmos não colocam em causa o pressuposto da continuidade das operações utilizado pela Fundação na preparação das demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria, datado de 15 de julho de 2019, inclui uma reserva por limitação de âmbito similar à descrita na secção “Bases para a opinião com reservas”.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Fundação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Fundação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Fundação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Fundação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Fundação, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 19 de agosto de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Miguel Nuno Machado Canavairo Fontes, ROC